

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.657.775 - RJ (2020/0024700-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : WHIRLPOOL S.A**  
**ADVOGADOS : MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501**  
**PATRICIA SHIMA - RJ125212**  
**RAFAEL DE ALBUQUERQUE SANTOS DA SILVEIRA -**  
**RJ160802**  
**AGRAVADO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADOR : MARCEL SILVA GLADULICH - RJ139818**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por WHIRLPOOL S.A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL MULTA ADMINISTRATIVA FIXADA NO VALOR DE R 5467301 REFRIGERADOR COM DEFEITO PROBLEMA NÃO SOLUCIONADO PELA EMPRESA APELADA RELAÇÃO DE CONSUMO LEGITIMIDADE DO PROCON COMO ÓRGÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PARA APLICAÇÃO DE MULTA RECURSO PROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 413 do CC e do art. 537, § 1º, I, do CPC, no que concerne à necessidade de redução da multa aplicada pelo PROCON em razão da desproporcionalidade do valor cominado, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Portanto, está mais que evidenciado que o valor da multa confronta o dispositivo legal contido no Art. 413 do CC e Art. 537, § 1º, I do CPC/2015, uma vez que encontra-se em montante totalmente desproporcional. Não se preocupando o PROCON em demonstrar qualquer justificativa legal para a aplicação da multa e as razões que levaram a aplicar em montante tão excessivo (fl. 246).

Na linha dos argumentos delineados, não raras são as decisões que repelem a execução de valores vultosos, a fim de evitar o enriquecimento ilícito, flagrante a desproporcionalidade do valor decorrente da execução de astreintes (...) (fl. 247).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, aponta divergência jurisprudencial, no que concerne à mesma tese, e traz acórdãos

paradigmas do STJ.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Insta ser enfatizado que, no momento de ser fixada a multa, devem ser consideradas a gravidade da infração, a extensão do dano causado aos consumidores, a vantagem auferida com o ato e a condição econômica do infrator, observando-se as circunstâncias atenuantes e agravantes, bem como os antecedentes do infrator, conforme determinam os artigos 57, caput, CDC e artigos 33 a 40 da Lei Estadual 6.007/11, respeitados os limites estabelecidos no parágrafo único, do artigo 57, do CDC).

Assim, no momento da fixação da multa, cumpre ao PROCON observar os princípios da motivação, da proporcionalidade e da razoabilidade que regulam os atos administrativos, o que ocorreu na presente hipótese (fl. 167).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico a fim de demonstrar a existência de identidade jurídica e similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados.

Nesse sentido: “Esta Corte já pacificou o entendimento de que a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não é suficiente para caracterizar o cotejo

# *Superior Tribunal de Justiça*

analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, mesmo no caso de dissídio notório” (AgInt no AREsp n. 1.242.167/MA, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 5/4/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 535.444/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2019; REsp n. 1.773.244/RJ, relatora Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, DJe de 5/4/2019; e AgInt no AREsp n. 1.358.026/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/4/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente